

DESTERRITORIALIZAÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA UHE BAGUARI EM PEDRA CORRIDA/MG

Elder Pereira Beltrame ¹

RESUMO

A implantação de usinas hidrelétricas no Brasil, embora vinculada ao discurso de desenvolvimento e energia limpa, tem gerado severos impactos socioambientais. Este relato analisa as alterações na percepção do espaço vivido pelas famílias rurais meeiras do distrito de Pedra Corrida (Periquito/MG), atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Baguari (UHE Baguari). Adotando uma abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa baseou-se em entrevistas semiestruturadas com as famílias atingidas e na análise documental de relatórios do licenciamento ambiental. Os resultados revelam que o processo de desterritorialização transcendeu as perdas materiais, impactando profundamente as dimensões simbólica, cultural e social do grupo. A realocação compulsória fragilizou vínculos comunitários, rompeu a relação identitária com a terra e impôs novos desafios socioeconômicos, como a baixa produtividade da nova terra e a insegurança gerada por um novo acesso perigoso. O caso evidencia a urgência de repensar criticamente o modelo de transição energética brasileiro, incorporando princípios de justiça socioambiental e assegurando a participação efetiva das populações atingidas nos processos decisórios.

Palavras-chave: Desterritorialização; Impactos Socioambientais; Reassentamento Compulsório; Território.

ABSTRACT

The construction of hydroelectric plants in Brazil, although linked to development and clean energy discourse, has generated severe socio-environmental impacts. This report analyzes the changes in the perception of living space among rural sharecropping families in the Pedra Corrida district (Periquito, Minas Gerais), affected by the construction of the Baguari Hydroelectric Power Plant (UHE Baguari). Adopting a qualitative and exploratory approach, the research was based on semi-structured interviews with the affected families and documentary analysis of environmental licensing reports. The results reveal that the process of deterritorialization transcended material losses, profoundly impacting the symbolic, cultural, and social dimensions of the group. Forced relocation weakened community ties, ruptured the identity relationship with the land, and imposed new socioeconomic challenges, such as the low productivity of the new land and the insecurity generated by dangerous new access. The case highlights the urgent need to critically rethink the Brazilian energy transition model, incorporating principles of socio-environmental justice and ensuring the effective participation of affected populations in decision-making processes.

Keywords: Deterritorialization; Socio-environmental Impacts; Compulsory Resettlement; Territory.

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, PUC Minas. Professor EBTT – IFMG Campus Ipatinga. E-mail: elder.beltrame@ifmg.edu.br.

Pesquisador apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

A matriz energética brasileira, historicamente apoiada na hidreletricidade, consolidou um modelo de desenvolvimento que, sob o discurso do progresso, tem gerado profundas fraturas sociais e ambientais. A construção de grandes barragens, apresentada como solução para a demanda energética de um país em crescimento, frequentemente resulta em deslocamentos compulsórios, desestruturação de laços socioculturais e alterações irreversíveis nos modos de vida de comunidades rurais, ribeirinhas e tradicionais. Estima-se que mais de um milhão de pessoas já tenham sido compulsoriamente deslocadas por esses empreendimentos no Brasil, tornando visível um paradigma desenvolvimentista que aprofunda desigualdades e subordina direitos ao avanço de projetos de infraestrutura.

Essa opção nacional pela hidreletricidade é frequentemente justificada pela "necessidade alardeada de ampliação da matriz energética brasileira", o que legitima o lançamento contínuo de novos projetos, como os 494 previstos para implantação até 2015, segundo dados de 2007. Nesse contexto, este relato analisa as alterações na percepção do espaço vivido pelas famílias rurais meeiras do distrito de Pedra Corrida, município de Periquito/MG, atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Baguari (UHE Baguari). Instalada no médio curso do Rio Doce, a UHE Baguari é um empreendimento de 140 MW de potência que, para se territorializar, promoveu a desterritorialização de comunidades locais. A investigação justifica-se pela necessidade de problematizar os mecanismos de espoliação e silenciamento que vitimam grupos sociais vulneráveis em nome do desenvolvimento energético, conectando o local ao debate global sobre a crise socioambiental e a transição energética.

O objetivo central é compreender como a instalação da usina impactou a relação simbólica e identitária dos sujeitos com seu território, para além das perdas puramente materiais. A análise busca desvelar as complexas dinâmicas de poder, resistência e adaptação que emergem quando um grande projeto de infraestrutura se impõe sobre um território vivido e carregado de significados.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, considerada adequada para a compreensão de processos sociais complexos e da dimensão subjetiva da experiência

humana. O foco foi apreender a percepção dos sujeitos sobre as transformações em seu "espaço vivido" (Carvalho, 2006).

A unidade de análise foi composta por 44 famílias de meeiros do distrito de Pedra Corrida, que cultivavam uma área de 34 hectares pertencente à empresa Acesita Energética. A coleta de dados ocorreu por meio de duas técnicas principais:

- Entrevistas semiestruturadas: Foram realizadas com 17 famílias residentes na área há mais de dez anos, permitindo aprofundar questões sobre a relação com a terra, o processo de negociação, os impactos da mudança e a adaptação à nova realidade. As entrevistas foram estruturadas em blocos temáticos, abordando desde a identificação do informante até a percepção de alterações no território.
- Análise documental: Foram consultados relatórios técnicos, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Baguari (CNEC, 2002), para contextualizar a situação socioeconômica da comunidade antes do empreendimento e compreender a perspectiva dos executores do projeto.

As informações coletadas foram interpretadas à luz dos referenciais teóricos sobre território, desterritorialização e conflitos socioambientais, buscando-se compreender a complexidade das transformações desencadeadas pela barragem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Território, desterritorialização e identidade

O conceito de território é central para esta análise, compreendido não apenas como um substrato físico ou um espaço delimitado por fronteiras políticas, mas como uma construção social, produto de relações de poder, apropriação e simbolização. O território é "o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes", onde a história humana se realiza a partir das manifestações de sua existência. Haesbaert (2007) reforça essa visão ao tratar o território como uma construção simultaneamente física e simbólica, um espaço de pertencimento e identidade.

A implantação de uma barragem é um ato de poder que impõe uma nova territorialidade sobre as existentes, gerando um processo de desterritorialização. Este conceito não se resume à perda da terra, mas abrange a ruptura com o "espaço vivido", a desestruturação de redes de

sociabilidade, a perda de referências simbólicas e a dissolução de laços identitários. A desterritorialização é, portanto, "a perda do acesso à terra, vista não só em seu papel de reprodução material, (...) mas também como *locus* de apropriação simbólica, afetiva" (Haesbaert, 2001, p. 127).

Para as populações atingidas, a perda do território pode significar "desaparecer", pois a identidade sociocultural está intrinsecamente ligada aos atributos do espaço concreto. Essa ameaça frequentemente gera o que Castells (2006) denomina identidade de resistência, na qual grupos estigmatizados ou ameaçados constroem trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios distintos ou opostos aos da lógica dominante.

A opção hidrelétrica e a figura do "atingido"

A hegemonia da hidreletricidade no Brasil foi sustentada por um discurso de vocação nacional, que exaltava a abundância de recursos hídricos e apresentava essa fonte como "limpa, renovável e barata". No entanto, essa opção ocultou os custos sociais e ambientais, transformando várzeas ricas e terras produtivas em "jazidas energéticas" (Vainer & Araújo, 1992, p.71) e criando uma nova categoria social: os atingidos por barragens.

A definição de "atingido" é, em si, um campo de disputa política. O setor elétrico historicamente adotou uma concepção restritiva, territorial-patrimonialista, que reconhecia como atingido apenas o proprietário legal da terra a ser inundada, invisibilizando posseiros, meeiros, arrendatários e outros ocupantes não-proprietários. Essa estratégia, como aponta Vainer (2008), visa a minimizar os custos sociais e desmobilizar a resistência coletiva por meio de táticas como a desinformação e a negociação individualizada. Em contrapartida, movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) lutaram pela ampliação do conceito, buscando incluir todos aqueles cujos modos de vida, fontes de sustento e laços comunitários fossem afetados, direta ou indiretamente, pelo empreendimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território vivido antes da barragem

A comunidade de meeiros de Pedra Corrida vivia em uma região marcada pela concentração de terras e pelo avanço da monocultura de eucalipto e da pecuária, um cenário que historicamente dificultou o acesso à propriedade para pequenos agricultores (Borges, 2004). Por quase 30 anos, o grupo cultivou terras da Acesita Energética em regime de parceria.

Com o tempo, a empresa deixou de recolher a sua parte na produção, o que levou os meeiros a se sentirem posseiros da terra, fortalecendo seu vínculo com o local.

A terra não era apenas um meio de produção, mas o fundamento de sua reprodução social e identidade. A parceria revestia-se de "extrema importância para este grupo, quer seja como principal fonte de renda, quer como complementação da mesma" (CNEC, 2002, p. 495). O trabalho era majoritariamente manual, muitas vezes realizado em regime de mutirão ("troca-dia"), o que demonstrava a forte coesão do grupo. A relação com o território era profunda, como expressa um dos entrevistados: "A nossa origem é da terra, fomos feitos dela. Nada melhor que aquele cheiro de roçado, de chuva". O Rio Doce, por sua vez, era percebido como um "companheiro" de trabalho, que fertilizava a terra e era espaço de lazer.

O anúncio da usina e o processo de negociação

O anúncio da construção da UHE Baguari foi recebido com sentimentos de "tristeza, desinformação, incerteza e conformismo". A memória da barragem de Itueta, também em Minas Gerais, que submergiu uma cidade inteira, pairava como um fantasma sobre a comunidade. "Fiquei muito triste quando soube da barragem, lembrava do povo de Itueta, do rio... e chorava muito", relatou uma meeira.

Diante da inevitabilidade do empreendimento, o grupo optou por uma negociação direta com o Consórcio construtor, rechaçando a intermediação do MAB, cujos membros foram qualificados como "agitadores e oportunistas". Essa escolha revela a complexidade da relação entre movimentos sociais e as bases, que nem sempre se alinham nas estratégias de luta. A possibilidade de participar ativamente da escolha da nova área para o reassentamento foi um fator que gerou satisfação inicial no grupo.

A nova realidade: reassentamento e novos conflitos

A realocação, embora para uma área próxima, impôs um penoso processo de recomeço e revelou uma série de impactos não previstos.

- **Produtividade e Acesso à Água:** A nova terra, anteriormente utilizada para o plantio de eucalipto, demonstrou ser menos produtiva. "A terra aqui não é igual à de lá, lá a gente plantava duas vezes por ano", lamentou um agricultor. A distância do Rio Doce tornou o acesso à água um desafio. A irrigação passou a depender de poços e bombas elétricas,



gerando novos custos com energia e manutenção, além da vulnerabilidade a problemas como o furto de seis bombas, que não foram repostas pelo Consórcio empreendedor.

- **Fragmentação Social:** O Consórcio incluiu no reassentamento 18 trabalhadores eventuais, apelidados pelos meeiros originais de "caroneiros". Essa inclusão forçada quebrou a coesão social, gerando tensões e minando as antigas relações de vizinhança. Um meeiro original desabafou: "nem compensa falar com esses caroneiros, eles não entendem nada de terra". Em 2009, 86,6% dos entrevistados afirmaram que as condições de vizinhança pioraram na nova área.
- **Isolamento e Insegurança:** O novo local margeia a linha férrea, e o acesso às propriedades depende de uma passagem de nível improvisada e perigosa, que se tornou a maior preocupação do grupo. "Outro dia tivemos que tirar o fusca do seu Paulo de lá, ele empacou no trilho e quase acontece um acidente. Não demora vai acontecer um acidente lá". A maior distância do núcleo urbano de Pedra Corrida também aumentou a sensação de isolamento e insegurança.
- **A Terra como Mercadoria:** Com o reassentamento, os meeiros receberam o título de propriedade, o que trouxe segurança jurídica. Contudo, essa mudança introduziu uma nova lógica: a terra, antes vista primordialmente como meio de sustento e trabalho, passou a ser vista também como mercadoria, um bem passível de venda. Essa transformação ameaça a continuidade do modo de vida agrícola que definia a identidade do grupo.

O Rio Doce, antes companheiro, passou a ser percebido como uma "lagoa" de "água empossada", gerando medo de doenças. A paisagem, registro da história coletiva, foi submersa, deixando um sentimento de perda e estranhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os meeiros de Pedra Corrida revela que a desterritorialização causada pela UHE Baguari transcendeu as perdas materiais, impactando profundamente as dimensões simbólica, cultural e social da comunidade. O reassentamento compulsório, embora negociado, impôs um recomeço penoso, fragilizou vínculos comunitários e rompeu a relação identitária dos agricultores com a terra, um elemento central de seu modo de vida. A experiência foi resumida de forma ambígua por um meeiro: "nem tão ruim, nem bom", mas a nostalgia persiste: "preferia ficar onde tava, dá uma saudadezinha...".



O caso da UHE Baguari demonstra que o modelo energético vigente, mesmo sob o rótulo de "limpo", continua a reproduzir desigualdades, destruir territórios e silenciar populações vulneráveis. A lógica que rege esses empreendimentos frequentemente desconsidera os saberes locais e as complexas relações que as comunidades estabelecem com seus territórios, tratando-os como meros obstáculos a serem removidos ou como um "quantitativo a ser indenizado".

Diante disso, evidencia-se a urgência de repensar criticamente a transição energética brasileira, incorporando princípios de justiça socioambiental e assegurando a participação efetiva das populações atingidas em todas as fases dos projetos. É premente a formulação de políticas públicas que sejam sensíveis às dimensões socioculturais dos impactos e que garantam o respeito aos territórios e modos de vida tradicionais. Recomenda-se, por fim, a realização de estudos longitudinais que acompanhem os efeitos simbólicos da desterritorialização a longo prazo, a fim de subsidiar práticas mais justas e inclusivas no planejamento energético do país.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n 47, p.303-326 - 2004.

CARVALHO, ORLANDO ALBANI. *Água sobre terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: **Paz e Terra**, 2006.

CNEC ENGENHARIA S.A. *Estudo de impacto ambiental – EIA. UHE Baguari*. Governador Valadares, 2002.

HAESBAERT, ROGÉRIO. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2007.

HAESBAERT, ROGÉRIO. Território, Cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: Editora **UERJ**, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora **USP**, 2006.

VAINER, C. B. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). *Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. 1 ed. Viçosa: Editora **UFV**, 2008, v. 1, p. 39-63.



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: **Cedi**, 1992.